

Educação não cabe no tempo de um governo



» INÊS KISIL MISKALO
Diretora de Educação do
Instituto Ayrton Senna

Depois de mais de três décadas trabalhando com redes públicas de ensino, talvez um dos aprendizados mais importantes que acumulamos seja a compreensão de que a educação não se transforma no tempo de um governo. Políticas educacionais capazes de produzir resultados precisam sobreviver às mudanças de gestão, preservando objetivos, evidências, capacidade técnica e mecanismos de acompanhamento, ainda que sejam continuamente avaliadas e aperfeiçoadas.

Isso não significa defender políticas imutáveis. Ao contrário, continuidade não é sinônimo de permanência acrítica. Uma política pública consistente precisa aprender com os próprios resultados, corrigir rotas e incorporar novos conhecimentos.

Essa distinção é particularmente importante na educação porque seus resultados exigem tempo. A aprendizagem é um processo contínuo, no qual os conhecimentos e as competências desenvolvidas constituem a base para os desafios seguintes. E essa trajetória exige um trabalho articulado e permanente, que não acompanha calendários eleitorais.

Os resultados mais recentes do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), referentes a 2025, ajudam a ilustrar essa questão. O Brasil avançou nas três etapas avaliadas da rede pública, chegando a 6,1 nos anos iniciais do

ensino fundamental; 5,0 nos anos finais; e 4,3 no ensino médio. Mas, quando observamos separadamente os componentes que formam o indicador, percebemos que avançar não significa que o trabalho esteja concluído.

O Ideb combina duas dimensões fundamentais da qualidade da educação. Uma delas é o fluxo escolar, medido pelas taxas de aprovação apuradas pelo Censo Escolar; e a outra é a aprendizagem, aferida pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que avalia o desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática. Essa composição permite avaliar justamente se passar de ano está alinhado à aprendizagem esperada.

Apesar do crescimento das taxas de aprovação, os resultados do Saeb mostram que essa progressão precisa vir acompanhada de maior domínio dos conhecimentos esperados. Se nos anos iniciais a média dos estudantes da rede pública alcança o nível adequado em língua portuguesa e matemática, nos anos finais permanece no nível básico nas duas disciplinas; no ensino médio, está no nível básico em língua portuguesa e abaixo do básico em matemática. À medida que o estudante avança, cresce o desafio de assegurar que sua progressão escolar corresponda a uma progressão efetiva da aprendizagem.

Essa preocupação ganha força quando olhamos para os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, Pisa 2025, realizado pela OCDE. Aos 15 anos, apenas 49% dos estudantes brasileiros atingiram pelo menos o nível básico em leitura e 28%, em matemática. Além disso, os resultados do país nas três áreas avaliadas permanecem próximos dos observados em 2015.

Embora Saeb e Pisa tenham metodologias, públicos e objetivos distintos, seus resultados oferecem perspectivas complementares. Mais

importante do que perguntar quem avançou ou recuou é investigar quais redes conseguem sustentar trajetórias de melhoria e quais capacidades foram construídas para que isso acontecesse. O que precisamos compreender é que, por trás dos números, existem políticas de alfabetização de longo prazo, referenciais curriculares claros, formação de educadores, avaliações para identificar dificuldades, metas de aprendizagem e capacidade das equipes das secretarias de educação de utilizar evidências para tomar decisões.

Alfabetização oferece talvez o exemplo mais evidente. Garantir que uma criança aprenda a ler, escrever e dominar conhecimentos matemáticos nos primeiros anos não depende apenas da qualidade de seu professor. É necessário que exista uma rede capaz de identificar rapidamente quem não está aprendendo, apoiar o educador, oferecer estratégias pedagógicas adequadas, e agir antes que uma dificuldade inicial se transforme em uma defasagem acumulada.

Quando esses processos não existem, os efeitos acompanham o estudante pelas etapas seguintes. Isso exige que boas políticas estejam apoiadas em equipes técnicas qualificadas, dados confiáveis, processos de acompanhamento, formação permanente dos profissionais e objetivos compartilhados por toda a rede.

O Brasil já acumulou conhecimento suficiente para saber que é possível transformar redes públicas de ensino. O desafio é transformar experiências bem-sucedidas em capacidade institucional.

Porque políticas educacionais transformadoras não são aquelas que começam com um governo. São aquelas que continuam depois que ele termina. É justamente a consistência desses processos que diferencia iniciativas pontuais de políticas públicas capazes de transformar sistemas educacionais.

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



Cleitinho e a estética dos realities shows



» BETH CATALDO
Jornalista

Ele percorreu o apartamento funcional que lhe cabe como senador da República com um celular na mão, cômodo por cômodo, para criticar o que classifica como benesse com o dinheiro do povo. Roupas espalhadas e camas desarrumadas formavam o cenário de fundo do seu discurso, no tom agudo e acelerado que costuma empregar em suas aparições.

Ao iniciar a campanha eleitoral, mostrou o local da própria casa que iria utilizar como estúdio dos programas televisivos e aproveitou para ir até os fundos do imóvel para afagar os dois cachorros da família. Em outra ocasião, já havia aberto as gavetas onde guarda as milhares de camisas de futebol que coleciona. Entre elas, a do América Mineiro, que considera a mais bonita.

O governador eleito de Minas Gerais, o atual senador Cleitinho Azevedo, do Republicanos, consagrou esse estilo dos realities shows em suas aparições nas redes sociais. Em busca de impacto, costuma desnudar ambientes restritos para acentuar o inconformismo com privilégios no exercício do poder. Sua postura caiu no gosto do público, a ponto de ser eleito no primeiro turno das eleições deste ano com 55,40% dos votos válidos.

É nas redes sociais que ele construiu o caminho para conquistar o governo mineiro,

brandindo como principal bandeira de campanha a redução do IPVA para os veículos no estado e a promessa de que não haverá mais apreensão dos carros que estiverem em atraso com o imposto e a taxa de licenciamento. “Isso vai acabar em Minas”, prometeu, mais de uma vez.

Em plena campanha, deixou-se filmar no meio de rodovias, com carros e caminhões passando de cada lado, para divulgar seu material de campanha. Apertos de mão calorosos, acenos, o número de campanha falado aos gritos, tudo se transformou em conteúdo para as redes sociais que o consolidaram como um prodígio de popularidade. De boné, camiseta e calça jeans, seu figurino predileto, chegou a celebrar os motoristas que driblavam os pedágios nas rodovias.

A narrativa populista que entabulou para vender sua candidatura encontrou eco entre eleitores às voltas com uma carga exigente de tributação ou um cotidiano penoso para ganhar a vida. A exposição do que se passa por trás das cortinas no ambiente do poder foi uma das principais armas que usou para convencer o público de que ali estava um igual, que vai cuidar de melhorar a vida de todos.

O que mais importou, no caso dele, foi a estética e a retórica de *gente como a gente*, que cultivou de forma cuidadosa desde que ascendeu ao primeiro plano da carreira política. O verdureiro que trabalhava todos os dias, como ele faz questão de lembrar, apoia a proposta do fim da escala 6X1, critica a semana exígua de trabalho dos parlamentares brasileiros e a sucessão de penduricalhos que acompanha o generoso salário que recebem.

Com seu sotaque interiorano, exibiu-se na

cadeira de presidente do Senado para defender o corte de privilégios nos Três Poderes da República. As mãos espalmadas e o bordão de que as tem limpas compõem esse personagem destinado a marcar a história política brasileira como um fenômeno midiático, capaz de desafiar lideranças tradicionais ao construir um caminho inusitado para chegar ao poder.

Um esforço de reflexão poderia enquadrá-lo como um produto da classe C, a porção da população brasileira que o pesquisador e publicitário Renato Meirelles classifica como majoritária no país. Em seu livro *O Brasil da maioria*, o autor aponta a estagnação econômica desse segmento como uma das fontes de insatisfação política na sociedade brasileira, depois de um ciclo de mobilidade social registrado no período de 2003 a 2013.

O sonho interrompido de uma classe média emergente, como aponta Meirelles, e que tem como marco as manifestações políticas do ano de 2013, ajuda a explicar a ascensão de Cleitinho, que consegue vocalizar o sentimento de frustração identificado nessa parcela da população. As respostas simplistas que o governador eleito, e alinhado ao bolsonarismo, fornece para problemas complexos terão o teste da realidade a partir de janeiro do próximo ano.

O seu desempenho nos quatro anos de mandato que o esperam no governo de Minas será, em qualquer hipótese, um acontecimento na esfera da comunicação política. Ele já prometeu que andará com a câmera do celular ligada em todos os momentos e que mostrará tudo aos seus eleitores — ou melhor, seguidores, como parece mais adequado nos novos e imperativos tempos das redes sociais.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

França é o Brasil de amanhã

A expansão do Estado, o peso dos impostos e a concentração de poder econômico nas mãos da burocracia são problemas que atravessam fronteiras e regimes políticos. A França, uma das maiores economias do planeta, oferece ao Brasil uma advertência que não deveria ser ignorada: até países ricos, com instituições antigas e uma população altamente escolarizada, podem entrar em um ciclo de endividamento, crescimento medíocre e conflitos sociais quando os compromissos assumidos pelo poder público ultrapassam, de forma persistente, a capacidade de financiá-los.

Planejamento é tudo

É fundamental reconhecer que determinadas escolhas econômicas podem produzir consequências semelhantes, independentemente da língua, da história ou da posição geográfica. Tudo começa quando governos prometem mais do que podem entregar, aumentam despesas sem estabelecer prioridades e recorrem continuamente à arrecadação para cobrir desequilíbrios, a conta termina nas mãos de quem trabalha, produz, poupa e paga impostos.

Na ponta do lápis

Os números franceses ajudam a compreender a dimensão do problema. Segundo as projeções divulgadas pela Comissão Europeia em maio de 2026, a dívida pública francesa, que correspondia a 115,6% do Produto Interno Bruto em 2025, poderá alcançar 118,1% em 2026 e 120,2% em 2027. O déficit público, por sua vez, deverá permanecer em 5,1% do PIB em 2026, com possibilidade de atingir 5,7% no ano seguinte. A mesma instituição projeta crescimento econômico de apenas 0,8% em 2026. São números que revelam a dificuldade de conciliar um Estado de grandes compromissos com uma economia que avança lentamente.

De um governo para outro

O exemplo francês, portanto, não deve ser utilizado como uma profecia de desastre inevitável, mas como um aviso sobre a importância de corrigir os desequilíbrios antes que se tornem mais difíceis de enfrentar. Uma dívida elevada não surge de um dia para o outro. É construída por decisões sucessivas, justificadas muitas vezes como exceções necessárias, até que o custo acumulado reduza as alternativas disponíveis. Da mesma forma, a concentração excessiva de poderes atrapalha a continuidade que precisa ser pensada como ação pelo país.

Capacidade

A defesa da liberdade econômica exige mais do que discursos contra impostos ou contra a burocracia. Exige contas públicas transparentes, avaliação de resultados, respeito à propriedade privada, segurança jurídica e instituições capazes de impedir que o interesse imediato de governos se sobreponha aos direitos permanentes da sociedade. Exige, sobretudo, que os cidadãos possam conhecer as consequências das decisões tomadas em seu nome.

Falácias

França e Brasil possuem histórias distintas, mas compartilham um desafio que nenhuma ideologia consegue eliminar: os recursos são limitados, as escolhas têm custos e a prosperidade depende da capacidade de produzir mais do que se consome ao longo do tempo. Um Estado que ignora essa realidade acaba restringindo as próprias condições materiais que sustentam suas políticas sociais.

Atitude

A lição que o Brasil pode extrair da experiência francesa é simples. Não precisamos esperar que a dívida alcance proporções ainda maiores, que a tributação se torne mais sufocante ou que a tecnologia financeira desperte conflitos sobre a liberdade individual para discutir mudanças. O momento adequado para estabelecer limites, corrigir incentivos e proteger o patrimônio dos cidadãos é antes que as circunstâncias reduzam as opções disponíveis.

Se nada for feito para melhorar o empenho do gasto, estimular a produtividade e impedir que a arrecadação se transforme na resposta automática a toda dificuldade fiscal, o Brasil poderá enfrentar problemas cada vez mais semelhantes aos que hoje pressionam a França. A advertência está diante de nós. Resta saber se teremos a prudência de aprender com ela antes que o custo da inércia recaia, mais uma vez, sobre quem menos pode suportá-lo.

A frase que foi pronunciada:

“É exatamente o contrário do que deveria ser feito.”

Éric Ciotti, sobre as iniciativas econômicas do governo francês

História de Brasília

Um senhor chegou ao Banco do Brasil em Brasília, e quase não conseguiu o que queria, porque seu nome não era outro senão José Cadê Negócio. (Publicada em 25.05.1962)